
A PEC do Pacto Federativo

Fabio Giambiagi

Florianópolis

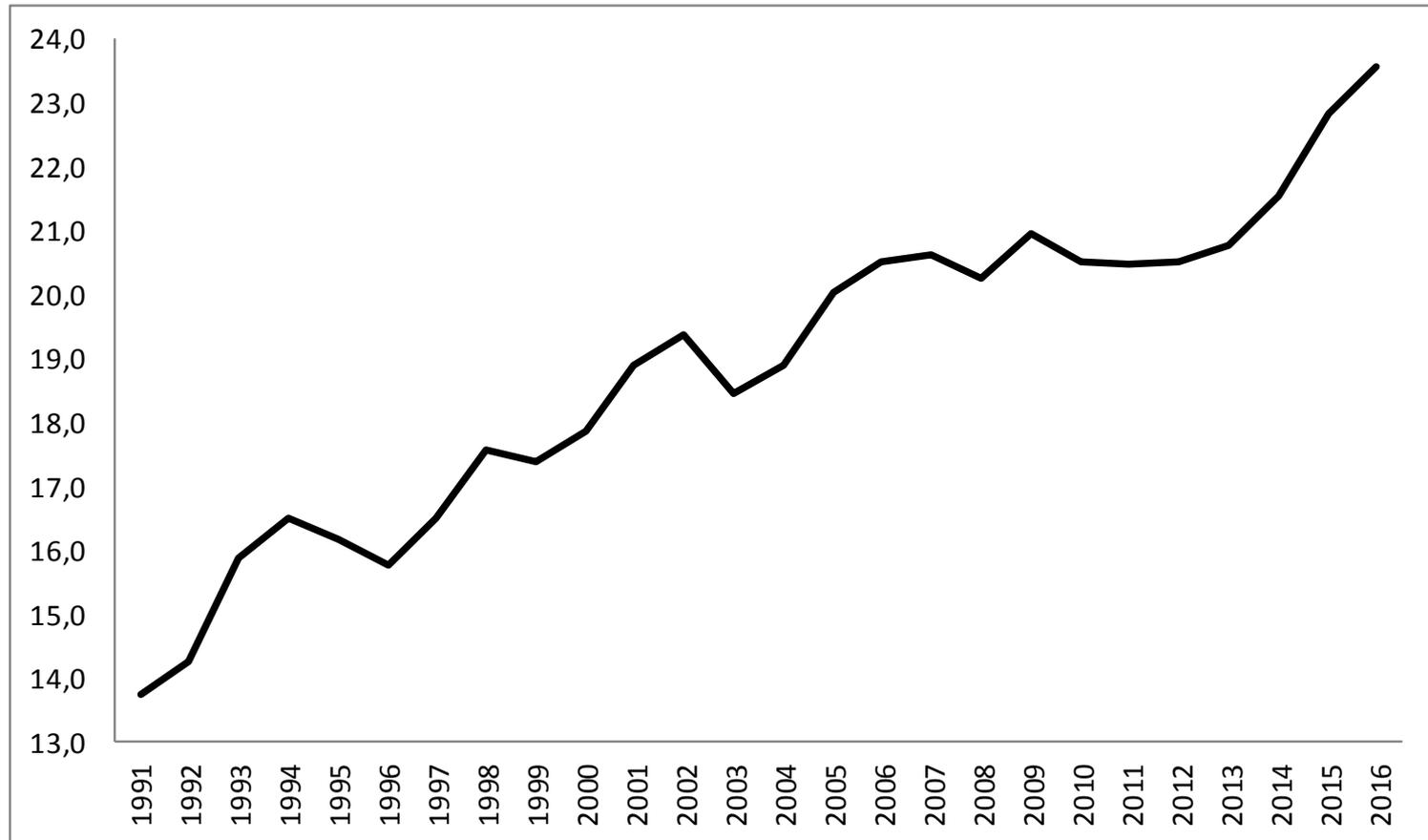
10 de Março de 2020

Sumário

1. **O contexto geral**
2. **A agenda necessária**
3. **A PEC do Pacto Federativo: o que é?**
4. **Questões a avaliar**
5. **Aprofundamentos e cronograma**

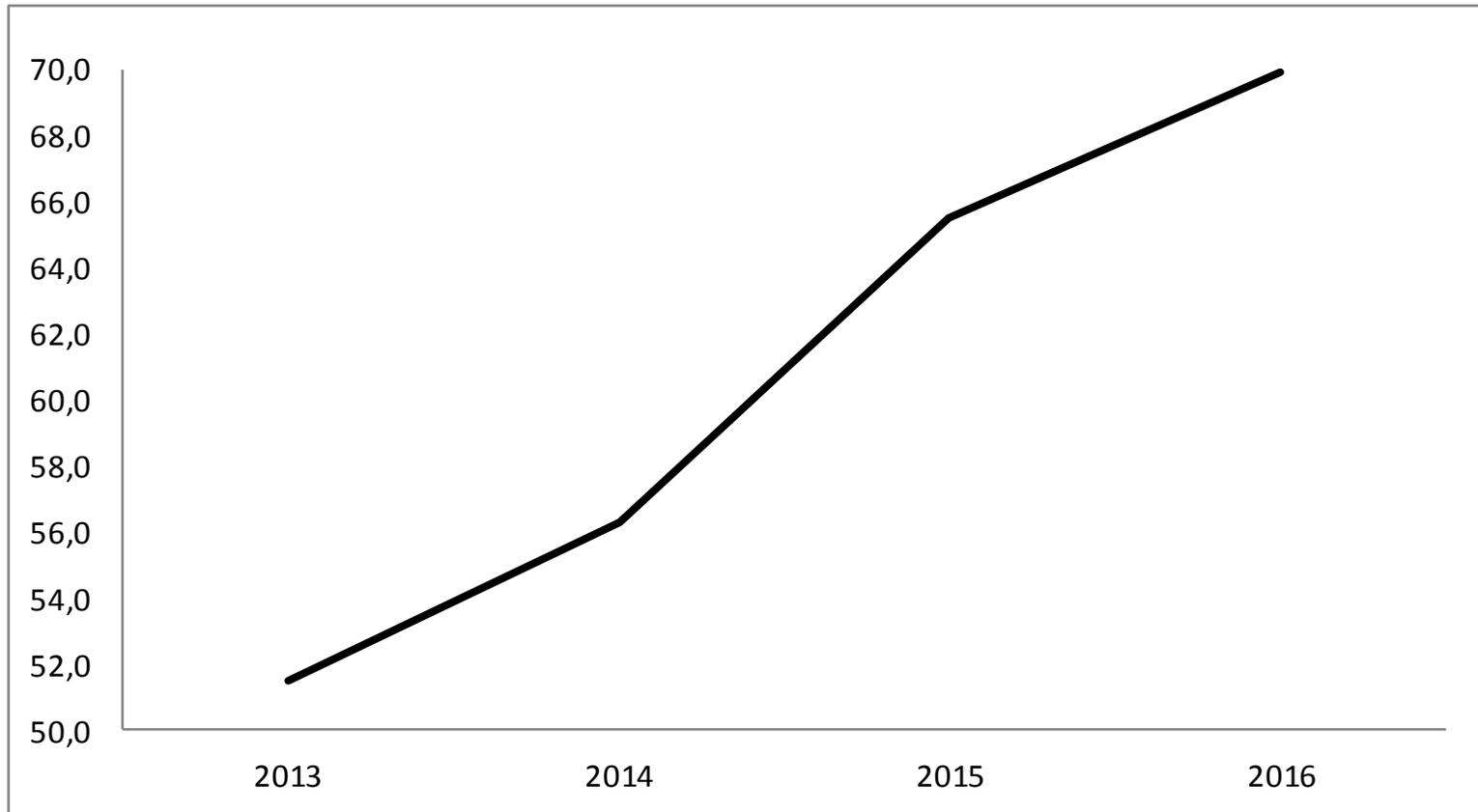
1. O contexto geral

Gasto primário total União (%)



Fonte: SPE, STN.

Dívida bruta Governo Geral (% PIB)



Fonte: Banco Central.

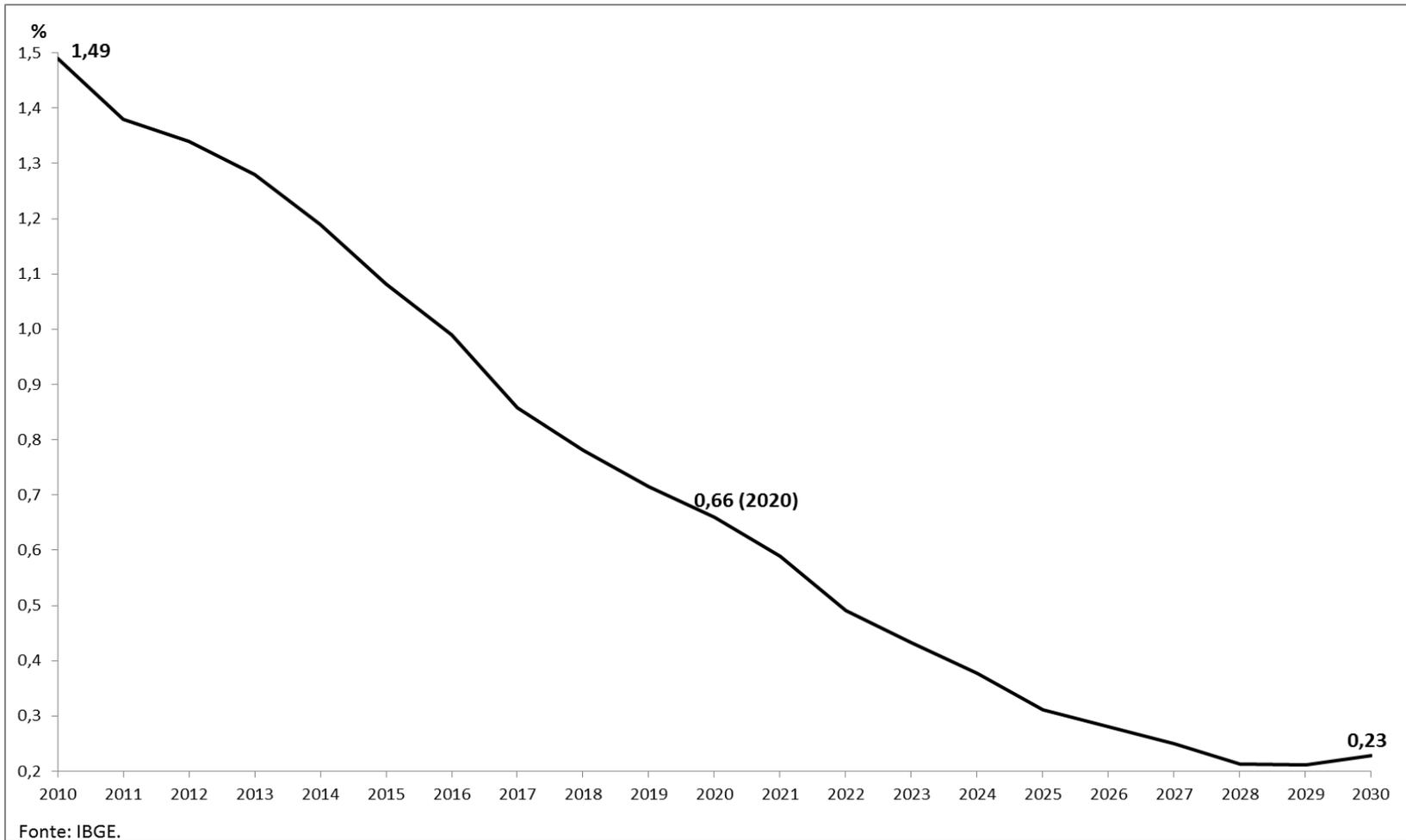
Taxas crescimento real gasto (%)

Composição	2017	2018	2019
c/ transferências	-1,5	3,3	1,2
s/ transferências	-1,2	2,3	-0,1
Pessoal	6,3	1,6	0,8
INSS	5,9	1,9	2,5
Outros	-12,7	3,4	-3,9
PIB	1,3	1,3	1,1

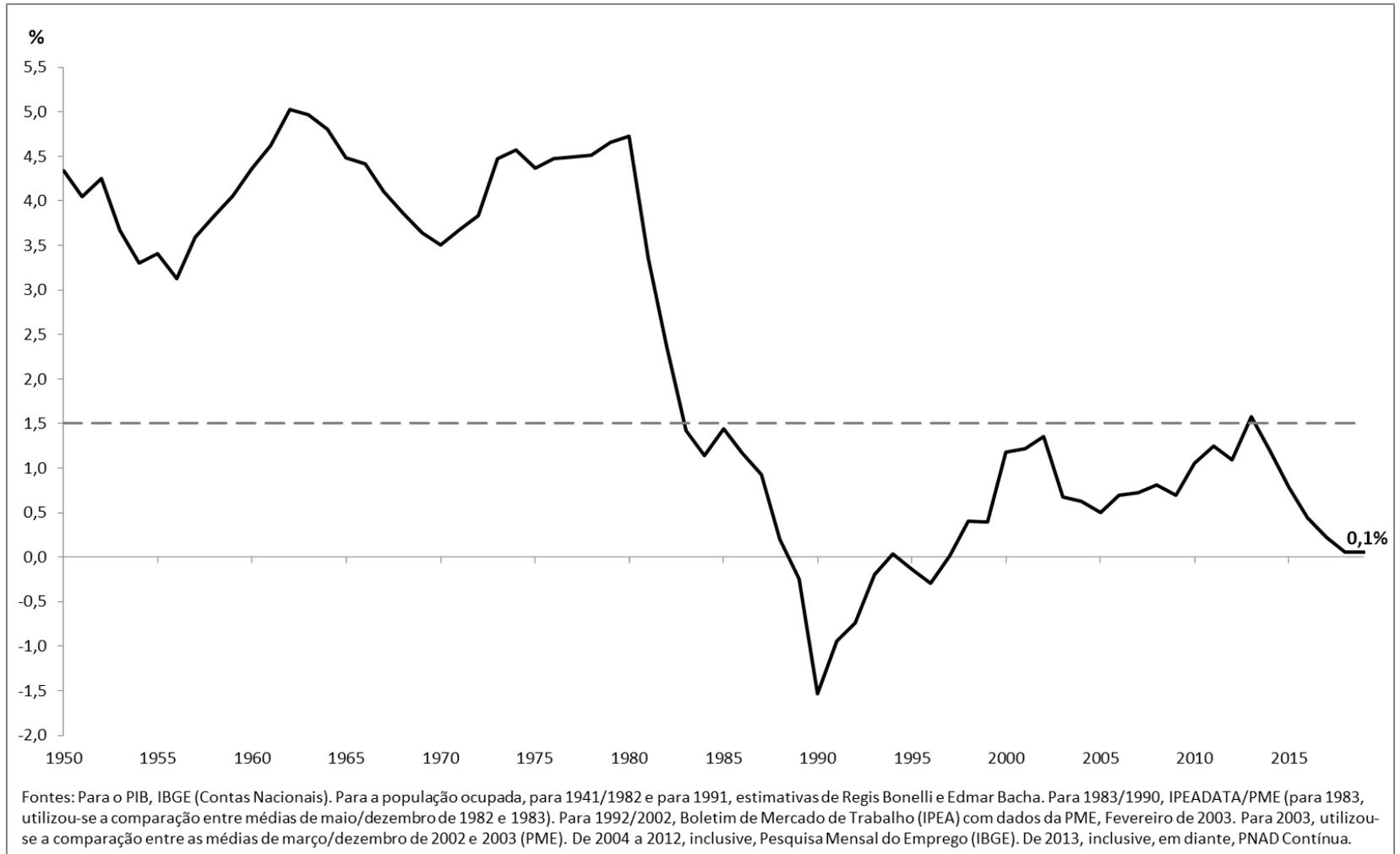
Deflator: Deflator PIB.

Fonte: STN.

Brasil: Taxa de variação população 15-64 anos (%)



Brasil: Taxa crescimento médio 10 anos produtividade p/ homem ocupado



2. A agenda necessária

A. Reforço fiscal

- Redução Gasto/PIB
 - 2016: 23,55%
 - 2019: 23,36 %
- Importância regra do teto
- PEC Emergencial
- Futuro
 - I. Repactuação 2023
 - II. Criação figura “corredor de investimento”
 - III. Abono salarial
 - IV. Regra seguro desemprego

B. Reforma administrativa

- Redução pisos salariais futuros
- Fim promoções automáticas
- Redução crescimento vegetativo ativos (menores taxas)
- Afunilamento (redução coeficiente promoções)
- Mecanismos meritocráticos

Reformas estruturais

- Reforma tributária
- Abertura economia
- Agenda privatizações/concessões

3. A PEC do Pacto Federativo: O que é?

I. Emenda-ônibus

- PEC Emergencial contida na PEC do Pacto Federativo
- Emenda-Mãe com desdobramentos (“split” em 3 PECs)

II. Declaração de intenções

- I. Federalismo (“Mais Brasil, menos Brasília”)
- II. Equilíbrio inter-geracional
 - Art. 6º: “Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”
- III. Co-responsabilização: Conselho Fiscal da República

III. Temas

- Redefinição vinculações (saúde, educação)
- Limitação incentivos tributários a 2% PIB
- PEC Emergencial
- Criação Conselho Fiscal da República
- Extinção Municípios
- Vedação operações crédito
- Redução 50% FAT-BNDES

Brasil: Número Municípios

Ano	NO	NE	CO	SE	SU	Brasil
1950	99	609	112	845	224	1889
1960	120	903	244	1085	414	2766
1970	143	1376	306	1410	717	3952
1980	153	1375	317	1410	719	3974
1990	298	1509	379	1432	873	4491
2000	449	1787	446	1666	1159	5507

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, vários anos.

4. Questões a avaliar

Estratégia

- Ordem. Exemplo: se a PEC Emergencial é aprovada antes e com mudanças, inevitavelmente a PEC do Pacto Federativo terá que aguardar
- Sequência: Entrando pelo Senado, é preciso haver entendimento com Câmara para evitar uma “tramitação em três etapas”

Prioridade

Tema	Prioridade/ "Trade-offs"	
Vinculações	✓	Prioridade
Limitação incentivos	+ -	Ambiguidade solução
PEC Emergencial	✓	Prioridade máxima
CFR	X	Problemas de priorização agenda e divisão poderes
Número Municípios	+ -	Resistência política
Vedação op. crédito	X	Por que vedar empréstimos que fazem sentido?
FAT	X	Não guarda relação com "core"

5. Aprofundamentos e cronograma

Cronograma

- Prioridade: PEC Emergencial
- Perspectiva de paralisação parcial 2020-II
- Tratamento: 2021
- Negociação com Executivo + Sucessor
Rodrigo Maia

Importância de enxugamento proposta

- Retirada conceitos ineficazes (p. ex. “equilíbrio intergeracional”)
- Retirada componentes PEC Emergencial
- Reavaliação CFR
- Reavaliação detalhes implementação limitação incentivos
- FAT → Reforma tributária

Aprofundamentos: negociação

- Regra Municípios (proporção receita própria + deadline; manutenção referência a 5.000 habitantes)
- Vedação operações crédito (exclusão áreas, p. ex. infraestrutura)
- Salário-educação: receita + obrigações